

A. I. Nº - 00088.8322-01-1
AUTUADO - MAQFRAN INDÚSTRIA COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
AUTUANTE - GERALDO PEDRO DA HORA
ORIGEM - INFAZ BARREIRAS
INTERNET - 08/06/2010

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0120-03/10

EMENTA: ICMS. BASE DE CÁLCULO. REDUÇÃO EM OPERAÇÕES COM MERCADORIAS DESTINADAS AO USO COMO ALIMENTAÇÃO ANIMAL. Comprovado nos autos que a mercadoria objeto da autuação foi destinada ao uso como para alimentação animal, sendo prevista na legislação a redução da base de cálculo. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 22/04/2009, refere-se à exigência de R\$1.536,00 de ICMS, acrescido da multa de 60%, em razão do destaque a menos do imposto por erro na determinação da base de cálculo.

Foram acostados aos autos os seguintes documentos: Notas Fiscais de números 000635, 000636, 000637, 000638; CTCR nº 001432; Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 137654

O autuado apresentou impugnação (fls. 20 a 25), alegando que efetuou a correta e regular venda de Torta de Caroço, fabricado em seu estabelecimento, mercadoria devidamente registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo sido enviada para o destinatário situado em outra unidade da Federação. Assegura que tais produtos são destinados para alimentação animal, especificamente de ruminantes, conforme rótulo da embalagem, estando correta a utilização da redução da base de cálculo prevista no art. 79 do RICMS/BA, que transcreveu. Também transcreve o art. 20 do mencionado Regulamento e diz que se valeu dos referidos dispositivos da legislação para promover as saídas dos produtos com destino a estabelecimentos sediados em outros Estados. Entende que não cabe ao autuado comprovar a utilização dos produtos pelo destinatário, cabendo ao Fisco provar e demonstrar que o produto não foi empregado pelos destinatários como ração ou alimentação animal. Salienta que não há notícias de que a torta de caroço de algodão seja empregada de outra forma, senão na alimentação animal, o que está informado no rótulo do produto. Cita o art. 9º do RPAF/BA, e diz que não se trata de presunção que permita a inversão do ônus da prova, tendo sido alegado pelo autuante o descumprimento de condição para uso da redução da base de cálculo. Neste caso, entende que o autuante deveria provar que houve tal descumprimento. Diz que antes da autuação, foi solicitada à SEFAZ informações a respeito do enquadramento de isenção da mercadoria comercializada, anexando aos autos, juntamente com a defesa, cópia de tal consulta. Finaliza, pedindo a improcedência da autuação.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 34 dos autos, transcrevendo o disposto no art. 79 do RICMS/BA, bem como o que preconiza o Convênio 100/97, em sua Cláusula primeira, inciso VI.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo constatei que a autuação fiscal trata da falta de recolhimento do imposto, em razão do destaque a menos do imposto. Por erro na determinação da base de cálculo, relativamente às Notas 000636, 000637 e 000638.

O autuado alegou em sua defesa que não ficou configurada a irregularidade apontada na autuação fiscal, informando que efetuou corretamente a venda de Torta de Caroço, mercadoria fabricada em seu estabelecimento, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo sido enviada para destinatário situado em outra unidade da Federação. Assegura que tais produtos são destinados para alimentação animal, conforme rótulo da embalagem, estando correta a utilização da redução da base de cálculo.

Observo que o art. 20, inciso III, alínea “a”, itens 1 e 3, do RICMS/97, prevê a isenção do ICMS para as operações internas com rações animais devidamente registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desde que os produtos se destinem exclusivamente ao uso na pecuária, apicultura, aquicultura, avicultura, cunicultura, ranicultura e sericicultura.

Quanto à redução de base de cálculo, o art. 79 do mencionado Regulamento estabelece:

Art. 79. É reduzida a base de cálculo, até 31/12/09, nas saídas interestaduais dos insumos agropecuários relacionados no art. 20 deste regulamento, desde que atendidas as condições ali estabelecidas, calculando-se a redução em (Conv. ICMS 100/97):

I - 60% para os produtos relacionados nos incisos I a X, XII a XV do art. 20;

II - 30% para os produtos relacionados no inciso XI do art. 20;

O autuado juntou ao presente processo, cópia do rótulo da embalagem (fl. 26), onde consta que se trata de produto registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo indicado para alimentação de ruminantes, juntando também, cópia do registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (fls. 28/29)

Assim, considerando a comprovação acostada aos autos pelo defendente, em confronto com a previsão do RICMS/BA, entendo que deve ser acatada a alegação defensiva, considerando elidida a exigência do imposto no presente lançamento referente a saída interestadual de mercadoria destinada o uso como para alimentação animal.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **00088.8322-01-1**, lavrado contra **MAQFRAN INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de maio de 2010

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA